

CUBA AND THE ECONOMIC POLICIES OF PERIPHERAL SOCIALISM: RECENT REFORMS IN A HISTORICAL PERSPECTIVE

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo, e VASCONCELOS, Joana Salém. London, Routledge, 2023, 242 p.

Recebido em 22/04/2024

Aprovado em 11/06/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1128

O trabalho recentemente publicado por Schincariol e Vasconcelos oferece uma análise abrangente da economia cubana pós-revolucionária, explorando tanto uma revisão histórica quanto uma discussão detalhada do atual programa de atualização da política econômica e social implementado pelo governo do Partido Comunista de Cuba. Segundo os autores, o propósito principal da obra é avaliar a economia cubana sob a administração de Raúl Castro, bem como as reformas que ele introduziu após 2008. Esta análise é conduzida através de uma perspectiva histórico-política, ao mesmo tempo que faz uso de uma robusta abordagem econômica que investiga o recente desempenho da economia cubana. O estudo adota diversas teorias para iluminar a situação econômica da ilha, engajando-se no debate latino-americano sobre subdesenvolvimento e dependência, dialogando com a teoria econômica socialista moderna e empregando conceitos de teorias keynesiana, *kaleckiana* e pós-keynesiana na análise dos principais agregados macroeconômicos.

Através da leitura do livro, identifica-se que também é objetivo dos autores validar a hipótese de Cuba enquanto uma nação “socialista periférica”. O termo é utilizado para descrever uma sociedade periférica que enfrenta significativa vulnerabilidade externa e possui limitadas opções econômicas, mas é politicamente orientada para o igualitarismo e a socialização dos meios de produção. A dependência, entendida como uma interação relacional com o centro capitalista, tem diferentes expressões

ALINE MARCONDES MIGLIOLI

Doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade de Campinas (IE-Unicamp).

Email: alinenmiglioli@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5347-028X>

ao longo do tempo, e é, portanto, explorada em cada momento da histórica econômica de Cuba.

O livro parece estar dividido em dois blocos: o primeiro, e que abrange os capítulos 2 a 5, detalha a história econômica e a das instituições cubanas pós-revolução. O capítulo dois analisa os esforços de industrialização e organização da produção agrária após 1959, nas tentativas de romper com a dependência cubana do mercado estrangeiro frente ao novo bloqueio e à guerra comercial impostos pelos EUA. Neste sentido, a associação ao Comecon (Conselho de Assistência Econômica Mútua)¹ significou um desvio de rota rumo à dependência ao impedir a nacionalização tecnológica. Assim, apesar das transformações revolucionárias do período entre 1960 e 1990, conclui-se que Cuba não conseguiu superar sua condição periférica, permanecendo dependente de tecnologia estrangeira.

O capítulo aborda ainda os determinantes da crise do Período Especial, causada pelo fim da URSS e do bloco socialista, e por extensão do Comecon, assim como o recrudescimento do bloqueio norte-americano, e termina apresentando os desafios enfrentados por Cuba nos anos 1990, como a dolarização da economia e a escassez de recursos elétricos e parceiros comerciais.

Subsequentemente, o capítulo 3 descreve as estratégias internas de reforma do socialismo cubano no contexto do século XXI, abordando também o peso que as mudanças significativas no cenário externo, como a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, a aproximação com a China e o aumento das exportações de serviços médicos e níquel, representaram para a superação da crise do Período Especial.

¹ O Conselho de Assistência Econômica Mútua (Comecon) nasceu em 1949, a fim de integrar economicamente União Soviética, Bulgária, República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), Tchecoslováquia, Hungria, Polônia e Romênia, países do leste europeu, e impedir o avanço do Plano Marshall sobre a região. Oficialmente, o objetivo do Conselho era “trocar experiências econômicas, ampliar a assistência técnica entre si e prestar assistência mútua em matéria de matérias-primas, alimentos, máquinas, equipamentos, etc”. Posteriormente, juntaram-se a ele países de economia socialista que não estavam localizados no leste europeu, como Mongólia, em 1962; Cuba, em 1972; e Vietnã, em 1978.

Os autores destacam uma série de reformas iniciadas por Fidel Castro já na década de 1980, as quais remetem às medidas adotadas pela URSS na década de 1960 com intuito de modernização das operações econômicas. Em Cuba elas tiveram como objetivo principal ampliar a participação do setor privado autônomo na economia, descentralizar o controle econômico em determinadas atividades e otimizar a intervenção estatal.

Com a transição da presidência para Raúl Castro em 2008, as transformações para modernizar a economia cubana seguiram de forma ainda mais intensa, fortalecendo novas alianças internacionais, buscando aumentar a produtividade do trabalho e reduzir o volume de gratuidades do sistema de produção social, restaurando a máxima socialista de “a cada um de acordo com suas necessidades”. O conjunto de medidas apresentadas por seu governo inclui: plano de melhorias empresariais em busca de maior produtividade, reforma trabalhista, redistribuição de terras estatais ociosas, reforma previdenciária e redução nos subsídios estatais. Para os autores, tais reformas avançam no sentido da descentralização, mas têm como consequência serem catalisadoras de uma importante transformação na estrutura social cubana, dando espaço para emergência de uma nova estrutura socioclassista em que o restrito acesso à moeda conversível em dólar gera desigualdades sociais.

O capítulo 4 discute os desafios na implementação de políticas de alta acumulação estatal em contextos de crescentes demandas pessoais, destacando que medidas radicais tendem a ser mais factíveis imediatamente após uma revolução. Por isso, desde 2011, o socialismo em Cuba tem passado por um processo de reformulação, marcado pela expansão do setor privado, conforme delineado nos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*, documento que consolida e reitera o sentido das reformas iniciadas na década anterior.

Para Schincariol e Vasconcelos o saldo político do debate sobre as diretrizes de atualização do modelo demonstra como este processo está muito mais vinculado à necessidade de avançar e transformar o modo de funcionar

do socialismo cubano do que se apresentar como indicativo de ambições em direção à transição capitalista. Uma comprovação deste raciocínio encontra-se no fato de que, na elaboração das resoluções que compuseram os *Lineamientos* e no amplo debate público para sua elaboração, foi reiterado compromisso com o socialismo e o planejamento centralizado, no entanto, os autores também ressaltam que neste processo críticas foram levantadas contra o igualitarismo excessivo em detrimento da produtividade, enquanto a autonomia empresarial recebeu impulso.

Economicamente, observou-se nos *Lineamientos* um plano inclinado para a exportação e a abertura para investimentos estrangeiros, preservando os sistemas de educação e saúde como serviços públicos. Setores chave, como turismo, energia, agricultura e atividades não estatais, foram incentivados, visando principalmente a obtenção de moeda estrangeira, uma característica típica de economias periféricas. Para mitigar os desafios da balança de pagamentos, a agricultura foi incentivada com o objetivo de reduzir importações.

Além do estímulo à atividade privada e à presença de capital estrangeiro, os limites impostos ao crescimento de cooperativas, a lista restrita de atividades autônomas permitidas e o novo sistema tributário refletem uma tolerância governamental a desigualdades de renda, mas não à acumulação capitalista. Esse aspecto distingue as mudanças em Cuba das experiências de países com socialismo de mercado, como China e Vietnã.

O capítulo se encerra apresentando ao leitor o panorama sob o qual os resultados das transformações propostas pelas reformas seriam colhidos: ao longo da próxima década, a crise na Venezuela afetaria a relação comercial entre os países, enquanto a aproximação entre Cuba e os EUA e o relaxamento das sanções contidas no bloqueio atuariam como catalisadores para as transformações em curso, embora também tenham intensificado os impactos negativos dessas mudanças, especialmente em termos de desigualdade de renda e aprofundamento da condição periférica de Cuba.

O segundo bloco — composto pelo quinto, sexto e sétimo capítulos — examinará os resultados das transformações iniciadas na década anterior. Para tanto, os autores lançam mão de uma profunda análise estatística e econométrica dos resultados econômicos disponíveis em Cuba. Tal como argumentado por eles, tal análise é complexificada devido à indisponibilidade de dados agregados em Cuba. A grande maioria das estatísticas disponíveis não cobre uma série temporal grande ou não há uniformidade no cálculo dos indicadores.

Para avaliação dos agregados econômicos os autores empregam um arcabouço teórico e metodológico de origem keynesiana, desenvolvido, portanto, para o contexto do sistema capitalista e fundamentado nos pressupostos econômicos desse modelo. Cabe aqui, portanto, a indagação sobre a possibilidade de reprodução desse arcabouço e quais conclusões podem ser legitimamente alcançadas por meio dele ao analisar a economia cubana. Por exemplo, as estimativas de propensão ao consumo podem ser menos adequadas quando o objeto de análise é uma economia cujos serviços não monetários compõem grande parte da cesta de consumo médio das famílias, de modo que os determinantes do consumo e do comportamento das pessoas diante de bens mercantis não guardam a mesma relação com aqueles prevalentes em economias com maior centralidade das relações sociais de produção mediadas pelo mercado.

Em termos de resultado do desempenho macroeconômico, os capítulos nos mostram como o setor de serviços exibiu as taxas de crescimento mais elevadas até 2018, seguindo um padrão típico latino-americano e periférico. Assim como a agricultura, a indústria enfrentou uma retração, de 30% em 1994 para cerca de 20% em 2018, indicando que os objetivos de industrialização não foram plenamente alcançados. Desde 1992, o comércio exterior ganhou uma participação maior no PIB cubano, com as exportações de serviços superando as importações, embora as importações de bens tenham predominado sobre as exportações na maior parte do período pós-2000. No que diz respeito à conta de capitais, a atração de investimentos estrangeiros

tem sido restringida por diversos fatores, incluindo o sistema econômico híbrido de Cuba, o embargo dos EUA e um crescimento doméstico decrescente, além de crises internacionais e restrições comerciais que complicam ainda mais o cenário. Essas limitações estruturais comprometem a eficácia das reformas econômicas do modelo socialista cubano, afetando negativamente os investimentos estrangeiros, o crescimento dos mercados não estatais e as exportações de empresas públicas.

O capítulo sete aborda as mudanças recentes no funcionamento do Estado com a reforma no sistema bancário, a introdução de um mercado ainda limitado para títulos soberanos; a reforma monetária concluída em 2020 com a extinção do peso convertível (CUC) e a reforma tributária implementada, visando aumentar o orçamento estatal enquanto restringe a acumulação capitalista. O emprego nos setores estatais diminuiu absolutamente durante a administração de Raúl de 2013 a 2019, embora em menor escala do que inicialmente projetado, em uma clara tentativa de mitigar os impactos da desaceleração do PIB nas taxas de emprego e presumivelmente também devido à oposição interna às demissões. Os objetivos de reforma econômica e social, conforme declarados nas Diretrizes, foram parcialmente alcançados até 2018-2019, embora tenham sido atrasados — ou mesmo interrompidos — por eventos multivariados que resultaram na desaceleração do PIB cubano após 2014.

Os autores finalizam o livro afirmando que, apesar das reformas implementadas e dos novos parceiros comerciais que auxiliaram Cuba a superar crises, as restrições estruturais associadas à sua condição periférica persistem. A ilha continua vulnerável ao bloqueio imperialista e à guerra econômica. Ao longo do século XXI, diversos fatores impactaram negativamente o desenvolvimento e crescimento cubano, incluindo crises internacionais, aumento do preço do petróleo e eventos naturais recorrentes. De acordo com os autores, fatores internos ao modo de produção socialista, como centralização excessiva, desemprego disfarçado, baixa disciplina de trabalho, capacidade limitada de oferta para bens de consumo, falta de diversificação

econômica e vulnerabilidades externas, também têm contribuído para esses desafios. As reformas adotadas por Cuba visam mitigar esses efeitos, sem comprometer os princípios revolucionários do socialismo. A conclusão a que chegam os autores é que a dependência persiste, mesmo diante das reformas no socialismo periférico cubano.

A presente obra funciona, portanto, como um guia detalhado sobre a economia cubana, proporcionando uma rica compilação de referências e incitando debates significativos, o que representa um recurso inestimável para acadêmicos envolvidos com esta área de estudo. A análise meticulosa dos indicadores macroeconômicos, que visa elucidar os efeitos das reformas econômicas implementadas em Cuba, inaugura uma nova e promissora linha de investigação. O exame detalhado não somente enriquece a compreensão das particularidades da economia cubana, mas também contribui vigorosamente para o discurso acadêmico mais abrangente acerca das transformações econômicas sob regimes socialistas.

Ademais, a adoção do termo “socialismo periférico” na bibliografia é particularmente perspicaz, servindo como um instrumental analítico para distinguir a experiência cubana de outros Estados socialistas. O conceito é fundamental para uma apreciação precisa das especificidades de Cuba dentro do contexto global e latino-americano, salientando as características únicas de sua evolução econômica e social. A utilização desse termo reitera a necessidade imperativa de investigações contínuas e contribuições teóricas oriundas da América Latina, com o intuito de confrontar e superar os desafios de dependência econômica que persistem na região.